

I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia · 1ª Região do Rio de Janeiro · nº 40 · Agosto · 1992

"Um novo cenário para a gestão cambial nos países desenvolvidos"

Em entrevista ao CORECON, José Carlos Miranda, professor da Unicamp, destaca os principais pontos de seu estudo sobre política econômica da Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos e Japão a partir dos anos 70.

Páginas 6 a 8



Eleições

Página 2

**P N B E debate
saídas para
a crise**

Páginas 3 e 4

**500 anos de
descobrimiento
das Américas**

Páginas 9 e 10



MANIFESTAÇÃO PRÓ - IMPEACHMENT ; RIO DE JANEIRO - 16/08/92. FOTO: LUCIANA WITHAKER.

Eleições

No dia 29 de outubro, o Conselho Regional de Economia/RJ realiza eleições para renovação do primeiro terço de conselheiros e para delegado-eleitor. Serão preenchidos os seguintes cargos: três conselheiros efetivos e três suplentes, com mandato de três anos (1993 a 1995) e um delegado eleitor efetivo e um suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON (Conselho Federal de Economia). O prazo para registro de chapas vai até o dia 11 de setembro. As inscrições devem ser efetuadas na sede do CORECON (A v. Rio Branco, 109, 19º andar) de 9:00 às 18:00 horas.

Poderão votar economistas registrados na jurisdição deste Conselho, que tenham inscrição definitiva ou provisória, e estejam com suas anuidades quites até a data das eleições. Não será permitido voto por procuração ou correspondência. Para votar, o economista deverá mostrar documento hábil de identificação. Os locais de votação serão divulgados na próxima edição do Informe CORECON.

Maiores informações pelo telefone: (021) 224-0578.

Participe.

INFORME CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. **Presidente:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa. **Vice-Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Conselheiros Efetivos:** Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Suplentes:** Airton de Albuquerque Quiroz, Lia Hansenclever, Eduardo Luiz de Mendonça. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirshbaum **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109). **Diretor Responsável:** Márcio Henrique M. de Castro. **Conselho Editorial:** Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)222-5444. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Floriano Vieira. **Ilustração:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

O Brasil busca saídas para a crise em diferentes áreas. Desde a agricultura, nas suas relações com o mundo, e principalmente na sua conjuntura política. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) promoveu, no último dia 29 de julho, o debate "Saídas para a crise", reunindo o economista Márcio Henrique Monteiro de Castro para falar sobre as perspectivas da agricultura brasileira; o presidente do Conselho regional de Economia (Corecon) Carlos Lessa, para falar sobre as relações internacionais do Brasil na década de 90; e o jornalista Anselmo Góis, diretor da sucursal da revista "Veja" no Rio de Janeiro, para falar sobre os desdobramentos da crise política na economia.

A seguir, um resumo das palestras feitas pelos participantes do seminário.

Saída para a crise. Qual o caminho?

Carlos Lessa



"Para discutir as relações do Brasil no cenário mundial é necessário resgatar esse cenário, quando, após a Segunda Guerra Mundial, começa o fenômeno hoje tratado com o título

geral de globalização da economia mundial. Esse fenômeno começa com a saída das matrizes norte-americanas instalando filiais fundamentalmente na Europa, constituindo assim as primeiras das chamadas empresas multinacionais ou, como alguns ousadamente denominam, transnacionais.

Na entrada dos anos 70, esse processo expansivo leva a uma ruptura de ordenação monetária financeira internacional. Seguem-se nesse sistema dificuldades progressivas do ajuste macro-econômico dos países do Primeiro Mundo, que passam a enfrentar problemas de perda de capacidade instrumental político-macro-econômica, em que a principal falência é certamente a política fiscal. A sombra desse processo, as empresas multinacionais se articulam nos interstícios da economia internacional e superam as economias nacionais. A General Motors (GM), por exemplo, opera por ano um volume de recursos superior ao Produto Interno Bruto de um país como a Suíça ou a África do Sul; a Shell é maior do que o Irã; e a Goodyer é maior que a Arábia Saudita.

Nos anos 80 esse fenômeno se apresenta em sua plenitude. De 1985 a 1989, o faturamento das cinquenta maiores empresas multinacionais cresceu de US\$ 540 bilhões para US\$ 1,85 trilhão, e os lucros sal-

taram de US\$ 25 bilhões em 85 para US\$ 82 bilhões em 89. As transações monetárias financeiras hoje são vinte vezes maiores que o volume total do comércio internacional.

Este é um fenômeno dominante no fim deste século, de forma irreversível, mas objeto de uma série de leituras apressadas e equivocadas. Uma delas é a de que este fenômeno sinaliza o fim dos estados nacionais. Essa tendência, entretanto, é ambígua, pois se desagregarmos os dados de crescimento das multinacionais se constata que crescem mais as que estão associadas às economias nacionais que também crescem mais. Então, as campeãs da última década são as japonesas e as alemãs e é impressionante a perda de posição relativa das empresas americanas.

Isso nos mostra que há, na retaguarda dessas expansões, articulações que não são definidas planetariamente. Se não for assim, chegaremos à conclusão que as equipes executivas das multinacionais americanas são particularmente incompetentes, mas eu me recuso a trabalhar com uma variável explicativa desse tipo.

Aí eu vou me permitir fazer um corte um pouco rigoroso, mas que é importante. Poderíamos grosseiramente fazer uma classificação dos países do Primeiro Mundo da seguinte forma: países de capitalismo organizado e países de capitalismo liberal. Os países de capitalismo organizado são os países em que existe uma íntima interarticulação entre as burocracias públicas e as grandes empresas e instituições financeiras. Esse padrão é encontrado no Japão, na Alemanha, na França e agora na Coreia. Nos países de capitalismo liberal essas relações não são sistêmicas, como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos.



Trabalhando nesse corte, costamos o seguinte: os países de capitalismo organizado estão dando uma surra nos países de capitalismo liberal. Se há potência claramente decadente, em qualquer retrospectiva em relação à globalização, é a Inglaterra. E se há potência ascendente hoje é certamente o Japão, onde esse modelo de interarticulação entre os três níveis - Estado, empresa e banco - foi o mais eficiente. Eu não posso retirar essa dimensão de fenômeno de globalização e por isso prefiro trabalhar com a expressão multinacional do que transnacional, pois este último termo sugere que todas as empresas desse tipo são iguais, quando, na verdade, apenas competem com padrões parecidos, mas apresentam desempenhos espetacularmente diferentes segundo a nacionalidade de suas matrizes.

Tudo isso me leva a crer, então, que há, nessa globalização da economia mundial, uma tendência que aponta para o enfraquecimento dos estados nacionais, onde a dimensão mais dramática é a incapacidade de operar políticas macro-econômicas.

A questão que se coloca para o Brasil, em todo esse contexto, é a seguinte: podemos ou não construir no Brasil alguma versão tupiniquim de capitalismo organizado? Mas desde logo, qualquer balanço de situação que se faça, sugerirá que nós não estamos bem preparados para reproduzir experiências exitosas ocorridas. Primeiro, em termos do tamanho das nossas empresas. Entre as quinhentas maiores do mundo, só temos duas: Petrobrás e Vale do Rio Doce. Em

segundo lugar, mas talvez um motivo mais forte, é que não temos banco. A tragédia do capitalismo brasileiro é que o país não tem banco com poder de empréstimo. Nosso maior banco só é grande em número de agências, mas em termos de desenvolvimento um banco é medido pela capacidade que tem para alavancar e servir para operar financiamentos de médio e longo prazo. O que faz a imensa capacidade de capitalização das organizações japonesas é que o que é acordado como estratégia para política industrial é bancado pelas instituições financeiras do país.

Agora, se nós pensarmos no Brasil em relação ao mundo, temos que dizer que há, na globalização, duas projeções inequívocas e inquietantes. A primeira é que há um processo de distribuição desigual desse fenômeno. É fortemente diferenciado, quer por países, quer por empresas, quer por pessoas. Grosseiramente eu diria que a periferia mundial se tornou mais periferia, em relação a esse movimento. E nós, no Brasil, estamos, infelizmente, na ponta menos favorecida por esses ventos.

Então verificamos que, historicamente, você não tem nenhum exemplo de uma economia nacional que tenha sido retirada do limbo e lançada à prosperidade por ação dessa globalização. Quer dizer, existem economias nacionais que se integram a esse movimento com grande êxito, mas isso parte de um projeto nacional. A globalização não é um movimento fecundador de potências ou atrasos. Se um país tiver fronteiras de expansão de-

finidas e materializadas, a tendência à globalização poderá potencializar a sua tendência ascendente.

A segunda projeção que fazemos é que essa globalização não significa também uma globalização do mercado de trabalho. Pelo contrário: a tendência é torná-lo cada vez mais segmentado e bloqueado nesse tipo de movimento. Nesse sentido, qualquer país periférico - e o Brasil o é - manterá a questão social no seu local de origem. Ela não será internacionalizada.

Então essas são as duas projeções inequívocas que esse processo nos oferece:

1 - se houver êxito em termos de projeto nacional, isso poderá ser potencializado pela globalização da economia mundial, pois ela não é substituto a nenhum projeto nacional, em termos de relançamento de uma economia nacional;

2 - a questão social, com toda a sua dramaticidade, continuará sendo nacional, não será internacionalizada.

De tudo isso eu concluo, então, que não dá para jogar no lixo das idéias equivocadas, no museu das coisas anacrônicas, o chamado pensamento nacionalista. Esse discurso, por uma determinada vertente, passou a assumir uma visão xenófoba, tendo nas empresas estrangeiras uma limitação ao desenvolvimento nacional. Esta é uma visão inteiramente equivocada que a história tratou de demonstrar à sociedade. Porém, a demonstração do equívoco não autoriza a conclusão oposta. Então o problema do nacionalismo tem que ser pensado, na construção desse projeto nacional."

MÁRCIO HENRIQUE



"Se estivermos pensando na agricultura brasileira, esquecendo o contexto de saídas para a crise, ela muito provavelmente irá bem, na década de 90. São

Pedro ajudando e tendo crédito, ela se desenvolve. A questão fica um pouco mais difícil quando a gente contextualiza o papel da agricultura diante da crise brasileira. Para se desenhar a natureza dessa crise é preciso frisar que ela não se confunde com suas manifestações, por mais duras e problemáticas que elas sejam. Ela é uma crise mais estrutural.

A trajetória da economia brasileira, até o início dos anos 80, foi marcada por assimetrias. Ela se desenvolveu bem no que se refere à estrutura econômica, criando um

parque industrial complexo, moderno, mas deixou de desenvolver uma série de aspectos de uma economia de capitalismo, como, por exemplo, um sistema financeiro capacitado em termos de crédito. Nós somos felizes em construir uma economia industrial, mas estamos sendo profundamente incapazes de definir instituições e elementos que permitam operar uma economia industrial moderna.

Nesse sentido, se existe algum setor que ainda precisa acertar contas com o passado na economia brasileira é a agricultura. Nós recebemos, no início do século XX, um legado da economia colonial que, do ponto de vista da estrutura básica de produção, não apresentou nenhuma grande evolução. Era uma agricultura basicamente de latifúndios escravocratas, cuja atividade agrícola era dotada de um baixíssimo nível técnico.

Este legado nos trouxe, então, uma população rural que é fruto dessa forma de organização de produção. São os ex-escravos e os homens livres que não se inseriram na grande exploração agrícola mercantil e viviam em torno dela em atividades específicas, como desmatamento, transporte nas mulas, os jagunços, etc., sem nenhuma atividade que poderíamos chamar de camponesa, a não ser os movimentos de imigração européia na região do Sul país.

A partir da segunda metade do século XX, a agricultura também acompanha o processo de industrialização da economia brasileira e começa a se desenvolver, duplicando sua fronteira agrícola, triplicando sua área cultivada e ampliando a utilização de equipamentos como tratores e outros indicadores de agricultura tecnificada.

Só que essa transformação tem a marca da modernização assimétrica, com forte caráter conservador, pois atinge de maneira desigual todas as propriedades agrícolas, as regiões do país e também as fases do processo de produção. Esse é, então, o ponto a que queria chegar. O resultado dessa modernização nos deu uma estrutura extremamente diferenciada e complexa. Se fizermos um corte - a grande e pequena propriedade - e fizermos outro corte - propriedade moderna e propriedade arcaica - e colocarmos uma matriz, vamos ter quatro posições: uma propriedade pequena atrasada e outra moderna, e uma grande propriedade atrasada e outra moderna.

Essa assimetria é o resultado do processo de transição que o próprio processo se encarrega de eliminar. O problema é que, no Brasil, os dados estão a indicar que, em nossa agricultura, a distância entre o grupo moderno e o grupo arcaico tende a aumentar, pois o processo de mo-

dernização não tende a se generalizar, mas a se aprofundar no grupamento moderno, em função da imensa dificuldade que a própria técnica agrícola impõe, cada vez mais sofisticada e intensiva de capital.

O resultado disso é a eliminação da pequena propriedade atrasada, porque o latifúndio consegue se preservar. A tendência deste pequeno proprietário, para resolver o seu problema de baixo rendimento da produção, é a venda da terra, alimentando o processo de êxodo rural.

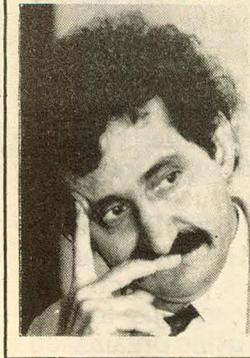
A questão que se coloca é: é possível intervir nesse processo? Encontramos fórmulas de modernizar essa pequena produção? Várias tentativas já foram feitas, mas não foram exitosas. Eu daria como idéias duas formas de intervenção:

1 - Desenvolver cada vez mais o chamado sistema de articulação da pequena produção com a agro-indústria, que tem grande capacidade de elevação do seu nível técnico;

2 - intervir junto às populações rurais situadas nas pequenas cidades interioranas, com população de menos de 20 mil habitantes.

Essa segunda forma de intervenção é muito mais uma forma de política social para a população rural do que uma fórmula de política agrícola dirigida para o produtor. Existe um imenso espaço urbano-rural que detém hoje cerca de 50% da população brasileira, onde 25% estão no campo propriamente e a outra parte está situada nessas pequenas vilas. A idéia seria aplicar pesado nessas pequenas cidades, que os estudos demográficos mostram ser o primeiro degrau, o primeiro passo para o êxodo rural."

ANCELMO GOIS



"Esse negócio de falar sobre política é uma coisa muito complicada, porque existem muitas verdades. Namínia opinião, quanto mais crise, melhor. O negócio é deixar san-guar.

Na semana passada, a Forbes divulgou a lista dos sujeitos mais ricos da face da terra. Os Estados Unidos entram com um empresário que faz computador, a Colômbia, com o cara que cuida da droga e o Brasil são os empreiteiros. Três grandes: o Sebastião Camargo, o Cecílio Rego e o Andrade Gutierrez, além do Roberto Marinho e do Antônio Ermírio de Moraes. Então, nos EUA, o sujeito

faz computador e aqui o sujeito se apropria da poupança pequena da população.

Eu não vejo nenhum país que tenha essa realidade do Brasil. Esse país maluco, que tem a segunda maior frota de jatinhos do mundo. Bem, podia-se dizer que é um país de grandes dimensões, mas tem mais jatinhos que o Canadá. O Brasil é o terceiro país do mundo a frequentar o complexo Disney, nos Estados Unidos. Que passa *revelion* em Paris, que tem a quinta maior revista do mundo, a *Vêja*.

Então, eu estou me lixando um pouco para a discussão do crescimento do Brasil. Eu acho que a gente tem que encarar a verdade, escancarar esse país, acabar com o cinismo, com a hipocrisia. Não dá para ficar escondendo problemas embaixo do tapete. Já tentamos outras vezes, não deu certo. Acho que agora chegou o momento para isso, o momento em que as instituições estão funcionando.

Os militares não querem dar golpe eles estão reivindicando aumento, e isso é legítimo. Ninguém quer dar golpe. As instituições estão sendo respeitadas, estão funcionando e é chegado o momento de enfrentar esse negócio. Não pode mais, por exemplo, o Brasil fazer um programa de investimentos que atende construir a interesses escusos. O governador de São Paulo, Luís Antônio Fleury, me disse outrodia: "Olha Anselmo, para construir hospital não falta dinheiro, mas para operam hospital não tem recursos, porque para construir tem sempre um PC para fazer acertos". Então, não pode mais isso. Um país não pode gastar US\$ 15 bilhões num programa nuclear e ainda ter cólera.

O mundo já fez uma opção clara pela democracia, então não há mais perigo de isso aqui ser ocupado pelos russos. Mas dentro da democracia, vamos olhar um brasileiro no olho do outro. Precisa desmistificar essa coisa de que multinacional não paga propina. Paga sim, a Mercedes Bens pagou. Os falsos liberais é que estão agora apoiando o Presidente Collor. Eu concordo que o presidente paga pelos seus erros e pelos erros dos outros. Eu sei que esse negócio de caixa dois é velho, mas ora, se nós não tivemos a oportunidade de apurarmos isso antes, por cerceamento de liberdade, agora temos.

As consequências da crise são imprevisíveis. Uma característica que essa crise tem é que ela ressalta a necessidade do parlamentarismo: o Brasil teve dois presidentes que depois de metade do mandato o governo acabou: o governo Figueiredo e o governo Sarney. Mas agora eu acho que está acontecendo de novo. Se o presidente Collor continuar, ele vai ficar absolutamente imobilizado."

Projeto Reage-Rio na reta final



A agenda do projeto *Reage Rio* - promoção do CORECON e do Instituto de Ensino Superior Gay-Lussac - manteve o ritmo de debates ao longo dos meses de julho e agosto. Para discutir o tema "Petroquímica e Gás Natural: Crônica do Fracasso", foram reunidos, no dia 21 de julho, os especialistas Nélson Duplat, Paulo César Fernandes Siruffo, Michael Hartveld e o prefeito de Campos, Anthony Garotinho.

Os debatedores destacaram a reduzida participação do gás natural na matriz energética brasileira, com pouco menos de 2%, e o plano do governo de elevar esse percentual para 12%; o custo de distribuição do produto para o consumidor; o subsídio praticado hoje sobre o preço do gás para o consumidor; e a importância dessa fonte energética como matéria-prima para a indústria química e de fertilizantes.

Dando sequência ao projeto, o Reage Rio discutiu, no dia 18 de agosto, "Organizações Comunitárias: Pobreza e Marginalidade numa Sociedade em Crise", reunindo os deputados Paulo Ramos e Wladimir Palmeira, além do Coronel Newton Cerqueira, Vereador Elio-mar Coelho e a socióloga Alba Zaluar. E no dia 25 de agosto, antes do fechamento da edição do Informe CORECON, estava confirmado o debate "A Falta de Representatividade das Entidades Empresariais", com o ex-depu-

tado e empresário Ronaldo César Coelho, o economista Luiz Carlos Pires de Araújo, o presidente do BancodaBahia, Carlos Mariani, o presidente da Rio Fundo Editora, J.C. Macedo Soares.

Para setembro está programado o seguinte e último debate:

Como tirar o estado do Rio de Janeiro da crise: Conclusões e Sugestões.

08 de setembro - 19:00h

Moderador:

Ricardo Bueno

Economista/Jornalista/Empresário.

Relator:

Roberto dos Santos Almeida
Diretor das Faculdades Gay-Lussac.

Debatedores:

Nelson Pereirados Santos
Cineasta/ Professor da UFF

João Paulo de Almeida Magalhães
Economista/ Professor da UFRJ

Joãozinho Trinta
Produtor Cultural/ Líder Comunitário

Antônio Didier Vianna
Empresário/ Presidente da Microlab

Márcio Fortes
Economista/ Ex-presidente do BNDES/ Diretor da João Fortes Engenharia.

Local: Teatro Gay-Lussac
Rua Cel. João Brandão, 87
São Francisco - Niterói
Informações: tel. 719-7474.



CURSO BÁSICO DE "FRANCHISING"

Coordenação: Dra. Cecy Juruá

Objetivo: Capacitar as pessoas interessadas em expandir seus negócios como franqueadores bem como as que desejam usar as marcas das franqueadoras para o ajuste dos interesses recíprocos através de contrato de "franchising".

Dias: 21, 22 e 23 de setembro • Horário: de 18h às 20h.

PROGRAMA

Dia 21 de setembro - 2ª feira

Introdução ao "franchising": conceito e expansão. O "franchising" como perspectiva de expansão do negócio.

Conferencistas:

Cecy Juruá • Alexandre Kostolias • Rogério Serra de Castro

Como escolher sua franquia: as razões de franqueado e as razões do franqueador

Conferencista: **Alexandre Kostolias**

Dia 22 de setembro - 3ª feira

A Economia do "franchising" - Premissas para o sucesso (demanda, mercado e retorno do investimento). Plano empresarial e controle financeiro.

Conferencista: **Cecy Juruá**

Aspectos jurídicos do sistema de "franchising" - Legislação específica e projeto de lei. O contrato de "franchising": formas e fases contratuais.

Conferencista: **Rogério Serra de Castro**

Dia 23 de setembro - 4ª feira

Estudo de casos e debates

Conferencistas:

Cecy Juruá • Alexandre Kostolias • Rogério Serra de Castro

CEPAD - Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito
Av. Almirante Barroso, 91/2º andar - Tel.: 262-4658 - Fax: 262-7462

Aceitamos cartões

SYSOFF

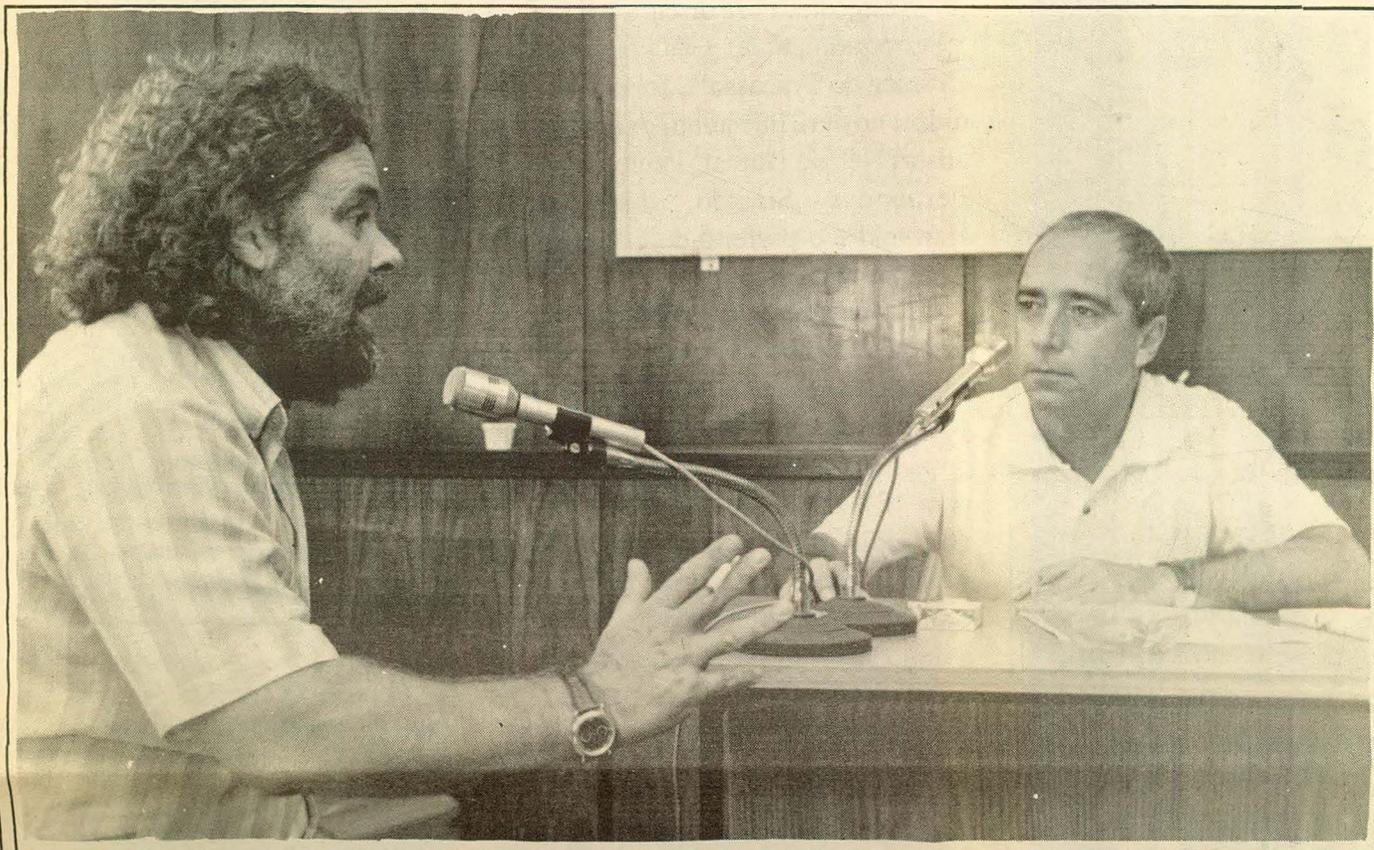
Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:
— Revistas
— Boletins
— Informativos Periódicos
— Carnês
— Anuidades
— Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma empresa conceituada no mercado pela sua pontualidade e honradez.

Fale diretamente com Humberto Machado, pelo telefone — 263-7570
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

"O Estado sempre interv



Desde a década de 70, a internacionalização dos mercados financeiros operam no sentido de conter a instabilidade crescente e o ajustamento dos países desenvolvidos. No entanto, apesar da crise financeira e do peso crescente dos Bancos Centrais mantêm um trabalho de fôlego sobre a França e Estados Unidos liderado pela Unicamp e outras intrincadas questões. Em entrevista ao IN... as princip

CORECON - Vamos começar pelas linhas gerais da política de ajustamento implementada pelos países centrais a partir dos anos 70.

MIRANDA - Ao analisar a relação entre os debates dos economistas e as políticas do Estado na década de 70, eu estava interessado na crise e nos ajustes. E basicamente nos ajustes, porque percebi que a discussão da gestão do capitalismo, entre esses economistas, era essencialmente uma discussão sobre a gestão das riquezas, onde a moeda assume importância vital.

O cerne de todo o debate está na questão do juro, do câmbio - duas variáveis, por excelência, da reprodução da riqueza líquida - e do financiamento do Estado. Isso nos remeteu às inter-relações entre políticas monetária, cambial e fiscal. Esse é o ajuste central do capitalismo pós-crise dos anos 60.

Essa questão foi abordada, em primeiro lugar, através de uma investigação das políticas de financiamento do Estado nas principais economias europeias - Alemanha, Inglaterra e França - e nos Estados Unidos. Meu interesse era averiguar que papéis permitem a rolagem da dívida pública dos Esta-

dos, quais os prazos, quem são os detentores. Em segundo lugar, busquei averiguar quais são as práticas de gestão monetária dos principais Bancos Centrais. Dado o processo de internacionalização e inovação financeira, de aumento de peso de instituições financeiras não-bancárias no setor de crédito, eu queria verificar se os Bancos Centrais ainda tinham poder para fixar as taxas de juros e para controlar reservas.

A partir dos anos 80 isso se torna vital: a relação da autoridade monetária com o câmbio. Diz-se que o aspecto positivo da flexibilidade cambial era permitir o ajuste da taxa de câmbio prescindindo de outros ajustes, tais como intervenção dos Bancos Centrais no mercado cambial através de reservas ou empréstimos efetuados pelos bancos, dando mais autonomia e eficácia à política monetária. Essas questões me intrigavam e, por isso, fui estudá-las nas políticas concretas dos Bancos Centrais.

CORECON - E a flexibilidade cambial realmente possibilitou maior eficácia a política monetária?

MIRANDA - Ao contrário do que os economistas previam, longe de ter dado essa eficácia, colocou algumas propostas entre os princi-

pais instrumentos de política monetária, principalmente juro e câmbio. Além disso, os Bancos Centrais, mesmo com a internacionalização bancária, proliferação de inovações financeiras e peso crescente das instituições não-bancárias, continuam tendo o poder de fazer política monetária, compreendida como a capacidade de fixação de uma taxa de juros de referência e de um controle mínimo das reservas bancárias - portanto, de liquidez primária - de seus bancos afiliados.

Bom, o momento seguinte era verificar se essa faculdade de fazer política monetária dos Bancos Centrais seria, de alguma forma, neutralizada pela flexibilidade de câmbio e volatilidade exacerbada do câmbio, principalmente nos anos 70. Que instrumentos esses Bancos Centrais teriam para se contrapor a esses movimentos dos agentes financeiros privados, e de quais instrumentos disporiam para induzir ou formar expectativas nesse mercado financeiro cambial, de ativos plurimonetários?

O que vi, independente da flexibilidade das finanças dos Bancos Centrais, foi que eles continuam intervindo pesadamente no mercado cambial, e até inovaram suas formas de prevenção.

CORECON - O dólar está em crise rasgada desde 1971. Ao longo destes 20 anos, a posição dos EUA em relação a outros países também mudou, em certos aspectos. O que deu tanto fôlego aos EUA para que mantivessem, nesse período, sua moeda como moeda básica?

MIRANDA - Muitos economistas, baseados no cenário de Bretton Woods e no que pensava Friedman, acreditavam que, no final dos anos 60, a flexibilidade cambial regulamentaria, pelo mercado, o sistema monetário internacional. Isso não aconteceu. Havia dois movimentos: a internacionalização dos bancos americanos, no final da década de 60 e, nos anos 70, um crescimento inusitado do dólar como divisa, tanto pela reciclagem dos petrodólares, como pelas inovações contínuas que o sistema financeiro produziu. Eles geraram um volume de poupança financeira que, nos anos 80, teve crescimento maior que o comércio internacional e a formação bruta de capital. O dólar continua sendo central enquanto meio de pagamento internacional e moeda de denominação de ativos.

Logo após 1973, quando o dólar esteve sob constantes ameaças especulativas realizadas pelos agen-

em na gestão da Riqueza"

60, quando se inicia o processo de internacionalização dos bancos norte-americanos, as mudanças que se fazem no tema financeiro internacional levam-no a uma

Essa instabilidade influencia as políticas de balanço de pagamentos, na medida em que interfere nas práticas monetárias dos Bancos Centrais.

internacionalização dos bancos, das inovações e a vez maior das instituições não-bancárias, os limites da capacidade de fazer política monetária. Num

contexto político econômico da Alemanha, Inglaterra, França, a partir dos anos 70, José Carlos Miranda, doutor em economia, professor nessa Universidade, investiga essa e as questões que compõem o cenário econômico mundial.

INFORME CORECON, José Carlos Miranda expõe suas ideias contidas em seu estudo.

tes privados, a massa de dólares retida no portfólio dos agentes privados e Bancos Centrais era muito grande. Na época, o iene não existia como moeda de expressão internacional, e a segunda moeda de reserva, o marco alemão, não tinha volume suficiente para substituir esse papel. Ainda que pudesse, induziria a mudanças de rota na política monetária da Alemanha que causavam bastante celeuma na sociedade alemã.

Paralelamente a isso, foi-se montando, através da interação dos bancos, do mercado financeiro, formas alternativas às institucionalidades de Bretton Woods. Bancos exercendo o papel de bancos de compensação, o básico do sistema internacional, só que com moedas e títulos privados. Foi e está sendo uma solução, mas qual o seu preço? A instabilidade cada vez maior destas transações financeiras privadas, à medida em que aumentam, continuam basicamente denominados em dólar. Há uma perda de autonomia das políticas monetárias nacionais, exatamente para essa ordem privada que se acopla às institucionalidades nacionais.

CORECON - A norte-americana perde autonomia?

MIRANDA - Perde. No período de 79 a 82 os EUA mudam sua política, para financiar seus déficits e - numa operação imposta pela autoridade monetária - segurar seus bancos, afetados pela crise norte-americana e pelo endividamento dos países da América Latina. Ultrapassadas estas duas restrições, com uma política monetária de determinação dos juros de base, respalda o processo de valorização do dólar, interrompido pela crise de 70.

Mas o mercado financeiro tumultuado sente que a valorização do dólar não podia continuar por muito tempo. As expectativas começam a mudar. Os agentes começam a diversificar suas posições em moedas outras, que serão o marco alemão, principalmente, e a libra. Os principais agentes detentores de ativos começam a mudar a composição de seus portfólios de uma forma tal que a aplicação em ativos denominados em dólar se tornaria, de repente, marginal. A partir daí, as políticas de coordenação visavam transitar nos portfólios privados, gradativamente, em termos de moedas que os dominam. Esse é o objetivo das políticas de coordenação, embora na retórica se diga que promoviam um crescimento

auto-sustentado, sem inflação.

Na medida em que se coordena, a partir de 1984, e até 1987, essa mudança de denominação dos portfólios introduz um elemento de maior estabilidade nos mercados financeiros e cambiais, que é rompido pelo crack de 1987 na bolsa de Nova York e, depois, em 1989, em Tóquio. Mas, de qualquer maneira, se consegue estabilidade. Os japoneses se internacionalizam, passam a deter reservas. O iene passa a ser uma moeda importante de denominação, mas nenhuma zona - nem a do iene, nem a européia - se consegue colocar como alternativa ao dólar, ainda, enquanto meio de pagamento e reserva de valor.

O volume dos débitos e créditos denominados em dólar continua, independente da crise da economia norte-americana, e de que isso se dá às custas de uma instabilidade crescente do sistema financeiro. Mas não há motivação política, do ponto de vista dos três, principalmente dos Estados Unidos, nem aquiescência dos agentes privados relevantes para que se institucionalize uma ordem alternativa. O perigo é o seguinte: se pintar uma crise mais profunda a partir dessas crises passageiras de instabilidade, quem vai bancá-la? Os Bancos Centrais bancam seus bancos nacionais, mas quem banca esse volume de riqueza internacionalizada é o privado.

Há indícios de que alguns bancos europeus, norte-americanos e japoneses, a partir de 1989/1990, começam a funcionar como verdadeiras câmaras de compensação. O Bird tem atuado no sentido de, diariamente, verificar ativos e passivos bancários e até alertar sobre possíveis incongruências, incompatibilidades ou riscos do sistema. Se essa instabilidade vai virar uma grande crise, ou não, depende da capacidade desses bancos de se coordenarem e de se compensarem mutuamente.

CORECON - Não houve simetria dos Estados Unidos, Japão e Alemanha no que se refere a essas políticas de coordenação, que pressupõem, por parte dos Estados Unidos, uma política fiscal interna que não houve. Os EUA nunca foram capazes de, por exemplo, conter seu déficit no balanço de pagamentos, seu déficit comercial. A política fiscal norte-americana acumulou déficits crescentes, não houve simetria, relação equilibrada. O peso dos papéis denominados em dólar, cujo valor depende, em última instância, do

Banco Central norte-americano, é muito grande. Você tem ideia de quanto?

MIRANDA - Em primeiro lugar vamos ver a questão da economia norte-americana. No primeiro governo Reagan há aumento do déficit fiscal e, a partir de 86, esse déficit começa a se ajustar. O segundo governo Reagan é de ajustes. Em 1986, inclusive, quando das negociações de Reagan com o Japão e Alemanha, uma das questões cobradas era exatamente a diminuição do déficit público. O congresso também pressionou. A tendência, no final dos anos 80 e início dos anos 90, é diminuir. Em relação ao balanço de pagamentos, principalmente a balança comercial, os Estados Unidos, notadamente a partir da expansão de 1983/1984, mostram a reestruturação de dois complexos em que eles têm vantagens históricas absolutas: o complexo químico e o de eletrônica profissional. A balança comercial, em especial no final dos anos 80, começa a diminuir seu déficit. Não diminui em relação ao Japão, mas diminui bastante em relação à Europa.

Quanto à assimetria, os ajustes monetário e fiscal, no período de 1990 a 1982, a política de ajuste norte-americana e a necessidade de financiamento externo foram tão grandes que sincronizam uma recessão e o aparecimento de déficits significativos no balanço de pagamentos, principalmente de balança comercial, em vários países. A Alemanha é um exemplo significativo. O final desse reajuste, em 1983, marca a expansão da economia internacional, liderada pela economia norte-americana, e as repercussões negativas da recessão norte-americana sobre as outras economias são minimizadas.

Comparando a política macroeconômica e o "mix" monetário, cambial e fiscal dos três países - EUA, Alemanha e Japão - há peculiaridades. Até porque o aparato institucional dos três é muito diferente. No caso alemão, que estabelece alguns constrangimentos jurídicos ao financiamento automático do déficit público pelo Banco Central, a monetarização do déficit público, etc., há uma gestão monetária que tende a privilegiar o equilíbrio, a estabilidade a nível de governo, em todos os períodos, aos demais objetivos. A economia alemã, fazendo uma caricatura, é uma economia que tem ajustes monetário e fiscal recorrentes.

Os japoneses, até 1984, quando

se internacionalizam, têm uma política monetária que acomoda os projetos industriais de reestruturação. Vale dizer: reestrutura o que a política creditícia acomoda. O Japão fazia, até 1984, uma política monetária mais acumulativa, mais expansiva, e uma política fiscal mais na retranca. Os Estados Unidos faziam política fiscal expansiva e, em momentos pontuais, política monetária restritiva, como no primeiro governo Reagan, por exemplo. Aí você tem razão: são assimétricas do ponto de vista de como se fazem a gestão macro-econômica.

A partir de 1985/1986, há uma percepção de que essas assimetrias aprofundariam a instabilidade do sistema e poderiam levá-lo à beira da ruptura. Em 1984/1985 se previa esse tipo de possibilidade. Então, passam a negociar políticas monetária e fiscal combinadas, compatíveis a nível dos três grandes. Isso foi possível durante três anos, enquanto os objetivos internos dos três grandes não se confundiu de uma forma muito radical com os

objetivos de coordenação entre eles. No momento em que isso se coloca, com a unidade da Alemanha, a internacionalização dos bancos japoneses e o crescimento da economia norte-americana esgotado, em 1988, a possibilidade de se continuar gerindo uma desvalorização concertada pelo dólar e uma valorização concertada do iene e do marco alemão, isso aí termina.

O que caracterizou os anos 80 foi o dólar elevado, iene e marco desvalorizados. Nos anos 90, há o marco valorizado - por motivos da própria Europa e Alemanha - iene

e dólar desvalorizados. Em termos de gestão ambial estão colocados novos desafios, é um novo cenário. Junte-se a isso todos os eventos políticos do final dos anos 80, como a guerra no Golfo Pérsico, a unidade alemã, as mudanças no Leste Europeu, a unificação econômica e monetária da Europa - onde se pede que os governos abram mão de sua autonomia interna de gestão monetária e fiscal, o que é complicado - e teremos toda a dimensão da questão, que é problemática politicamente.

CORECON - Qual o papel que resta aos Bancos Centrais, dada a internacionalização dos sistema financeiro?

"Os Bancos Centrais têm o trunfo de só operar como emprestadores"

MIRANDA - Apesar disso, os Bancos Centrais têm um trunfo muito grande. Toda essa internacionalização do sistema financeiro, a criação de verdadeiras moedas privadas, são feitas em grande parte pelos bancos norte-americanos e europeus, nacionais, que se internacionalizam, e pela cooperação de grandes multinacionais japonesas, norte-americanas e europeias - alemãs, principalmente. Qual o trunfo dos Bancos Centrais? E que só eles podem operar como emprestadores, em

última instância. Vale dizer: num momento de crise pesada dos bancos norte-americanos, como em 1982, e considerando-se que eles já tinham se internacionalizado desde 1966, quem respalda, quem muda as regras institucionais, faz cômputo de ativos e passivos, são os Bancos Centrais. Por que a Europa está atrás de um Banco Central europeu? Ela não está confiando muito que os bancos privados de compensação possam, no limite, atuar como emprestadores. Se der uma crise extremada, quem vai segurar o pepino são os Bancos Centrais. Mas há um outro trunfo

que faz com que as políticas monetárias, embora não sejam tão eficazes como eram nos anos 60 e 70, continuem sendo importantes para controlar preço e volume de crédito interno. Os Bancos Centrais, seja através da política de redesconto, seja através da política de open-market, ou através de políticas de empréstimo, dão aos bancos as reservas de liquidez que possibilitam referendar as decisões de financiamento que, a priori, eles já fizeram criando crédito. Nesse sentido, mudar uma política de redesconto, de reserva monetária, faz diferença a nível nacional. Assim, as políticas monetárias não são eficazes para controlar preços, mas determinam o preço de um determinado volume de liquidez. É isso.

CORECON - O discurso neoliberal prega a não-intervenção do Estado na economia. Qual é sua consistência no capitalismo contemporâneo?

MIRANDA - Nos anos 80, os três países que tiveram um discurso liberal mais extremado - Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha - foram, na verdade, os países que fizeram políticas de ajuste monetário mais contundentes. O Federal Reserve e o Bundesbank são autoridades monetárias que intervêm mais pesadamente em suas economias, no sentido de direcionar a liquidez para onde desejam. E fizeram isso.

O discurso liberal escamoteia uma coisa: na gestão da riqueza, o Estado capitalista não pode prescindir de intervir. Ele até pode prescindir de intervir na gestão da pobreza, mas na riqueza ele intervém pesadamente - e discricionariamente.

CORECON - Você citou a questão da unificação econômica e monetária da Europa. Como está a situação, atualmente, desse processo?

MIRANDA - A unificação europeia sempre foi uma questão franco-italiana. Nunca interessou à Inglaterra, e a Alemanha jogou sempre com essa contradição entre o continente e a ilha. Ou seja: topo se for uma união monetária nos moldes do Bundesbank, que o banco central europeu se comprometa, como ele, que os "mix" monetário e fiscal dos países sejam o "mix" alemão, no sentido de que não financia déficit e que a estabilidade da moeda seja o primeiro objetivo de qualquer política macro. Caso contrário, não aceito.

Porém, mais triste é a capitulação do projeto francês, que sempre propôs que a regulação macro desse Estado europeu fosse monetária e fiscal, mas os objetivos, além da estabilidade, fossem o crescimento, a definição de investimentos sociais, etc.. O que sai como proposição é encontrar uma solução que possibilite ganho fixo, simetria das decisões monetárias e articulação das políticas monetária e fiscal. E aí há três etapas. Até 1993, os países devem se esforçar para fazer as compatibilizações políticas e econômicas necessárias.

De janeiro de 1994 a 1996, se formaria o que eles chamam de Instituto Monetário Europeu, um órgão de aconselhamento de políticas macro do Estado. Os conselheiros, membros de cada um dos Bancos Centrais dos países europeus, decidiriam, a partir de janeiro de 1997, quais países ingressariam na união monetária e econômica europeia, a partir do julgamento de alguns critérios: países que tivessem realmente Banco

Central independente, ou seja, que as políticas de Estado

não interfiram com a política monetária, que não financiem déficits públicos; que, no ano anterior, tiveram taxa de inflação no máximo 1,5% maiores que a média dos países com as três menores taxas; dívida pública sobre PIB de, no máximo, 60% (na Itália, hoje, é de 105%); taxa de juros de longo prazo superior, no máximo, dois pontos percentuais às menores prevalecentes nos países de menor inflação.

Bem, isso quer dizer que, no máximo, entram Alemanha, Benelux e França, se continuar se comportando bem como está agora. O bode que começou a dar na Dinamarca mostra que os países com tradição social-democrata mais antiga não estão dispostos a subordinar o gasto fiscal às vicissitudes do ajuste monetário do balanço de pagamentos da Europa unificada. O veto do plebiscito dinamarquês levanta algumas questões. O próprio Mitterrand anuncia um plebiscito nesse sentido. Curioso é que esse processo alinha socialistas e liberais, de um lado, a favor da integração, e comunistas e a extrema-direita, de outro, contra. Com a avalanche conservadora e facista na Holanda, as coisas começam a ficar vulneráveis.

Anuncie no Informe CORECON

O "Informe CORECON" é lido por mais de 20.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos. O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra. Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público. Informações na secretaria do CORECON - Tel.: (021) 224-0578

América e Brasil: 500 Anos de Desenvolvimento

Ignácio M. Rangel

Quando Heródoto e Tucídides fundaram a ciência da História estavam, ao mesmo tempo, no século V A.C., fundando a ciência da Geografia. Nem podia ser de outro modo, até porque os conceitos de "grego" e de "bárbaro", muito próximos espacialmente, eram também próximos historicamente. Com efeito, espacial e historicamente, isto é, sob as perspectivas de geografia e de tempo, uma das categorias era ininteligível sem a outra.

O advento da América aos Tempos Modernos - coetâneos dos europeus dos séculos XVI e seguintes - de certo modo reeditou a problemática que tiveram que conhecer Heródoto e Tucídides, quando a "civilização" teve que implantar-se em povos selvagens, por certo, mas de níveis muito diferentes de selvageria. Ora, esses níveis não eram absolutamente indiferentes às condições peculiares a cada pedaço da América - um continente que, mais do que qualquer outro, estendia-se de pólo a pólo, desde os frígidos Ártico e Antártico às zonas francamente tropicais, passando por variegadas zonas sub-tropicais e *sub-frígidas*.

Com efeito, a variedade de climas não pode ser indiferente ao surgimento de diferentes expressões de forças produtivas e correspondentes relações de produção. No México e no Perú, por exemplo, o clima revelou-se propício ao surgimento de relações de produção enquadáveis - tais como as das outras formações ameríndias - como comunistas primitivas, mas ao contrário destas, facilmente abertas ao surgimento de relações de produção já feudais, ou compatíveis com formas avançadas de escravismo, em prazos relativamente curtos.

No outro extremo vamos encontrar enquadramentos climáticos hostis, mesmo para relações de produção escravistas: regiões ainda anecumênicas, ou apenas abertas a relações de produção comunistas primitivas - a exemplo de regiões francamente frígidas, especialmente na parte setentrional do continente, ou de boa parte da América meridional amazônica que, mesmo em

nossos dias, permanecem anecumênicas ou quase, como é o caso óbvio da região Ianomani, dentro e contígua ao Brasil.

Ora, nenhum outro continente mostrou-se aberto a tão intensas mudanças nas forças produtivas/relações de produção, dados os climas ou condições de geografia física de suas diferentes regiões componentes. E um capítulo em grande parte aberto ainda é o da lógica dessas mudanças.

O exemplo mais flagrante talvez se possa encontrar na América Setentrional - atuais Estados Unidos e Canadá. No dia seguinte à descoberta, esse meio continente talvez se pudesse dividir em três partes bem marcadas:

1) o Sul, isto é, os atuais México, América Central e Insular, como a região mais desenvolvida do conjunto, estava aberto a transição para formas relativamente avançadas de feudalismo, no próprio processo de conquista;

2) a região intermediária - Sul dos Estados Unidos atuais - contemporaneamente, não

oferecia condições para o feudalismo, mas sim para uma escravidão mais ou menos avançada, exatamente como se fez subsequentemente com mão de obra ameríndia e africana;

3) a região mais ao norte - Setentrão dos Estados Unidos, Canadá e Alasca - não oferecia condições para a escravidão nem, ainda menos, para o feudalismo, de modo que a conquista levou, quase imediatamente, à transposição pura e simples do modo de produção e das relações de produção mais avançadas, então vigentes na Europa.

Uma ordem inversa, como se pode ver, não obstante sua lógica impecável: do ponto de vista do tempo, isto é, histórico, as posições se invertiam, visto como as áreas aparentemente condenadas ao anacumêno, ou a comunismos primitivos muito primitivos, passavam à frente, sob o comando do capitalismo mercantil, com apoio na pequena produção de mercadorias; a posição intermédia - sob a hegemonia

do capitalismo mercantil e de um vigoroso feudalismo nascente, ficou ocupada pela área aberta a isso, com seu clima temperado; para a retaguarda foi impelida a área aparentemente mais propícia ao desenvolvimento, climática e socialmente aberta à pronta implantação de um feudalismo avançado.

O fato de que essas três regiões em que se dividiu, por força da própria conquista, a metade setentrional do continente americano, resultou não na formação de uma unidade heterogênea, tanto do ponto de vista geográfico como histórico: surgiram múltiplas unidades políticas, sob as hegemônias - do Sul para o Norte - da Espanha, da França e da Inglaterra.

As coisas se passaram diferentemente na metade meridional do continente. Aí, a parte que tocou à Espanha teve que optar entre um feudalismo precoce, especialmente na área antes sob o domínio incaico - principalmente o Perú, o Equador e

partes do Chile e da Argentina, a permanência de condições anacumênicas nas partes meridionais destes dois últimos países e nas parcelas amazônicas que tocaram à Espanha onde, mesmo para o escravismo, o clima era intratável, etc.

Na parte que tocou a Portugal - nosso futuro Brasil -, tivemos, por muito tempo, em vastas áreas, a permanência do anacúmeno (especialmente na Amazônia), do comunismo primitivo ameríndio, um pouco por toda parte, no vasto "continente" luso; e nas regiões mais propícias à pronta exploração, especialmente no nordeste semi-árido e nas constitutivas da atual Região Sul, foram surgindo formas precoces de feudalismo.

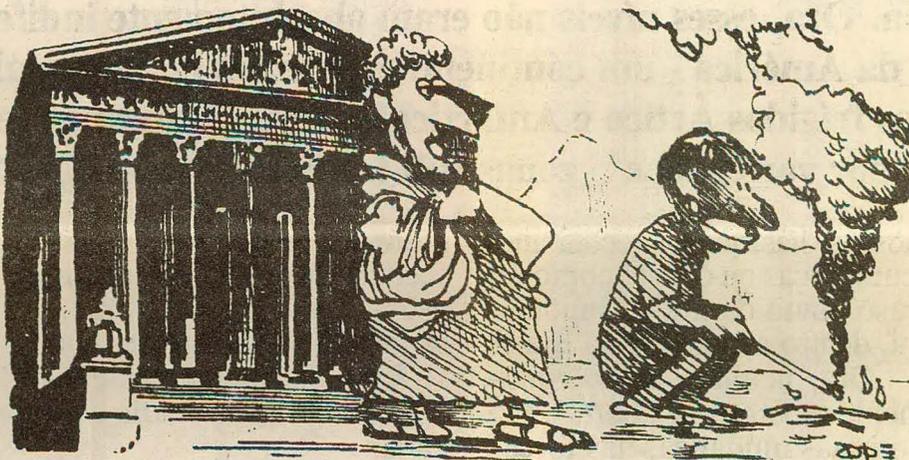
A parte espanhola foi dando origem a futuras "nações", mais ou menos homogêneas, condizentes com suas respectivas geografias físicas, ao passo que na América portuguesa a menor heterogeneidade, sob o ponto de vista da geografia física, deu origem não a várias unidades políticas, mas a uma só futura nação de dimensões "continentais": nosso Brasil.

Nosso país talvez se diferencie das demais grandes regiões da América precisamente pela relativa homogeneidade, do ponto de vista da geografia física. Por isso mesmo ficou aberto o campo para uma assinalada diferenciação histórica. Partindo de um comunismo primitivo que em muitos pontos raiava o anacúmeno, fomos ascendendo a relações de produção/formações sociais cada vez mais altas, a começar pelo escravismo, passando ao feudalismo, ao capitalismo mercantil e ao capitalismo industrial. Em nossos dias, assistimos ao surgimento de primeiros passos de capitalismo financeiro, que não exclui o advento de formas óbvias de planejamento, deixando para trás formas variadas de anarquia de produção.

De certo modo, o Brasil vem reeditando todas as re-

lações de produção conhecidas na história da sociedade humana, numa ordem que busquei definir através das "leis da dualidade". A sequência geral tem sido a mesma da história universal, mas com a peculiaridade de que, em cada estágio do nosso desenvolvimento, duas formações sociais ocupam posições marcantes: uma em posição hegemônica, outra em posição subalterna. De tal forma, porém, que no processo de transição para o estágio imediatamente superior, de certo modo, a posição hegemônica passa a ser ocupada por uma variante da anterior formação subalterna.

Por exemplo: o período compreendido entre a Abertura dos Portos-Independência e a Abolição-República passou-se sob a óbvia hegemonia



da classe dos senhores-de-escravos, cabendo, entretanto, ao capitalismo mercantil, com igual obviedade, a iniciativa do desenvolvimento. Ora, com a Abolição-República, de certo modo trocam-se as posições: a classe líder do capitalismo mercantil passa a assumir a posição hegemônica, enquanto que uma classe derivada do escravismo, isto é, o latifúndio feudal, passa à posição de formação subalterna, o que não a impediu de, nos quadros da 2ª Dualidade, exercer a iniciativa do desenvolvimento.

Com a passagem à 3ª Dualidade - via resoluções de 1930 e 1937 - repete-se essa dança de relações de produção: o capitalismo industrial (variante progressista do capitalismo mercantil) passa a assumir a posição de iniciativa do de-

envolvimento, mais sob a hegemonia política do latifúndio feudal, chegado ao seu pleno amadurecimento. Chegamos assim, desde a Abertura dos Portos-Independência, ao terceiro regime - ou 3ª Dualidade - mas de tal modo que duas classes partilham o comando da sociedade: uma empolgando a iniciativa do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto a outra assume a hegemonia política.

Nossa presente "crise" - claramente associada à fase "b", ou recessiva, do 4º Ciclo Longo Universal - prenuncia a transição a uma nova Dualidade, isto é, a 4ª, quando as leis gerais de nosso desenvolvimento prometem impor-se mais uma vez: o capitalismo industrial começa a transitar para o capitalismo financeiro, ao mesmo tempo em que for-

mas mais maduramente capitalistas prometem substituir o latifúndio feudal. Com efeito, a recessão que parece sufocar toda a nossa economia, claramente não se aplica ao setor agrícola, o qual, desde a abertura da fase "b" do presente Ciclo Longo (1973) entrou a transitar para novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas.

Com efeito, nos anos 70, o consumo de adubos minerais por nossa agricultura alcançou níveis elevadíssimos, estimados em um crescimento de 14% ao ano, fato corroborado por nossa presente "crise" agrícola que se exprime por uma safra sem precedentes, que o governo não sabe financiar, nem sequer armazenar.

Os homens e mulheres de minha geração - cruzando

o marco dos 80 anos - lembrem-se de uma crise assim, quando, no quadro de uma crise geral universal, semelhante à atual, produzimos safras exportáveis sem precedentes. Somente de café, fomos obrigados a incinerar cerca de oitenta milhões de sacas, quantidade enorme para nosso estágio, de então, do desenvolvimento.

Ora, nosso presente surto de capacidade ociosa não se limita aos bens agrícolas: diferentemente do observado na anterior "crise geral" - correspondente à passada fase "b" do anterior Kondratiev -, a superprodução não somente não se limita aos produtos primários de exportação, alcançando também produtos primários orientados para o mercado interno, como se contagia a várias atividades industriais, inclusive da indústria pesada, integrantes do chamado Setor I da economia.

De comum, porém, às duas crises gerais - transições para a terceira, e desta para a quarta dualidade -, temos o fato de que a recessão não é um fenômeno que alcance toda a economia, visto que a recessão de algumas atividades coincide com a superprodução de outras. Em ambos os casos, portanto, a superação da crise deverá passar pela captação da poupança existente sob a forma de capacidade ociosa ou franca superprodução em certas áreas do sistema, para aplicá-la, como investimento nas áreas retardatárias, isto é, sub-capitalizadas.

Nas presente condições, entre essas últimas áreas encontram-se atividades estatizadas, o que quer dizer que a superação do problema supõe mudanças institucionais conducentes à sua privatização e não, por certo, a atividades públicas que não estejam carecidas de novos investimentos: o equívoco fundamental de nossa presente política econômica, que supõe a privatização de atividades superinvestidas, a exemplo da Mafersa e da Usiminas.

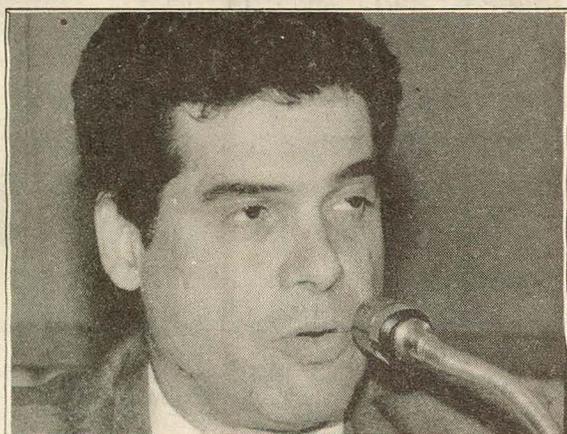
Encontro de economistas do RJ contesta a aplicação do modelo econômico neo-liberal no Brasil, discute ajuste adotado por Chile, Argentina e México e destaca:

País não pode abrir mão de Projeto Nacional

O 9º Encontro dos Economistas, realizado em agosto, reuniu especialistas nos dois extremos do Estado do Rio. Em Volta Redonda e em Campos, representantes de entidades diversas marcaram debates simultâneos, ao longo de três dias, para abordar temas abrangentes sobre a conjuntura atual. A discussão resultou em um amplo painel sobre temas econômicos, e teve a participação, em Campos, de Carlos Lessa, presidente do CORECON, Carlos Medeiros, da UFRJ, e João Manoel Gonçalves Barbosa Leite, presidente do Sindecon; e, em Volta Redonda, de Darck da Costa, do Clube de Engenharia, e Antônio Maria da Silveira, da UFRJ.

Entre outros temas, foram debatidas as políticas econômicas adotadas por Chile, Argentina e México, a aplicação do modelo neo-liberal no Brasil - que não apresentou resultados para a solução da crise brasileira - e a necessidade urgente de desenvolvimento de um projeto nacional como caminho para a superação do caos político-econômico que domina o país. O presidente do Sindecon

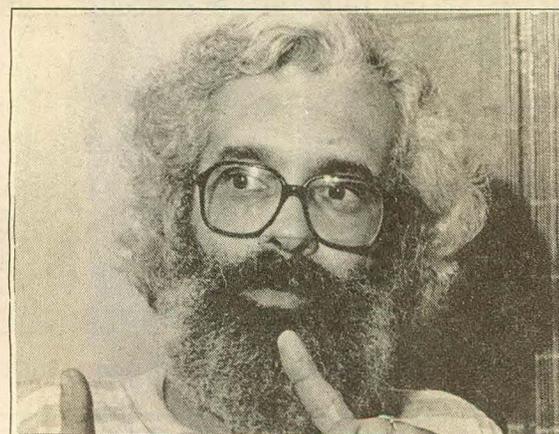
reforçou a tese de que a atual crise política do país é um obstáculo a mais para a implementação de uma política econômica eficaz, pois inibe investimentos externos e reduz a credibilidade do governo. Para João Manoel, a política econômica baseada no modelo neo-liberal adotada até agora pelo governo Collor nada produziu de concreto na tentativa de solução da crise brasileira. Ao contrário, destacou, o desemprego está crescendo e



Darck Costa

mista e lembrou o exemplo de Minas Gerais, onde as entidades dos economistas têm uma só diretoria.

Carlos Medeiros centrou sua palestra na instabilidade da economia brasileira como entrave para a criação de um Banco Central independente e à aprovação do ajuste fiscal pretendido pelo governo. Ele citou a crise econômica brasileira no contexto da América Latina para contestar a importação de modelos utilizados



João Manoel Gonçalves

a cartelização continua presente.

Outro tema abordado por João Manoel no 9º Encontro foi o papel das entidades que reúnem os profissionais da classe no Estado do Rio de Janeiro: o sindicato, que está completando 60 anos de existência, o CORECON e o Instituto dos Economistas do Estado. Ele defendeu a unificação das três entidades na Casa do Econo-

em países como o Chile, a Argentina e o México. Para o caso brasileiro, disse Medeiros, a dolarização é uma falsa solução que só se mostraria eficaz, entre outras condições, se as exportações tivessem um peso mais expressivo em nossa economia.

Já o representante do Clube de Engenharia, Darck Costa, mostrou que a retomada do desenvolvimento não será al-

cançada sem a recuperação da credibilidade do País e do governo. "Enfrentar a crise corresponde a, em primeira instância, acreditar em um projeto nacional", disse Costa. Ele fez um abrangente balanço das origens da crise brasileira para demonstrar que sua superação, além de passar pela valorização do "nacional e do nacionalismo", tem que ter como alvo o restabelecimento da poupança pública e da poupança externa. "Deve-se

instituir medidas que reponham o nível de investimento da economia brasileira ao adequado a uma economia que tem que gerar cerca de dois milhões de novos empregos por ano", acrescentou.

Segundo Darck, a recuperação do "Projeto Nacional" tem que eleger como prioritários o

desenvolvimento econômico e a educação. O primeiro, explicou, pressupõe, hoje, investimento estatal em infraestrutura e ciência e tecnologia. E educação, disse, exige investimento do Estado no ensino de base e superior.

"Torna-se fundamental, portanto, que o Estado brasileiro recupere a sua capacidade de investir.", complementou Darck Costa.

Eleições Diretas

Uma proposta de reestruturação do sistema COFECON - CORECON

O mês de outubro será importante para a categoria dos economistas. Dois eventos marcarão a vida das entidades que compõem o sistema COFECON - CORECON's.

O primeiro é a rotineira eleição para a renovação anual da terça parte do plenário dos Conselhos Regionais de Economia. O Rio de Janeiro terá sua eleição no dia 29 de outubro e as chapas poderão ser inscritas na sede do conselho até 11 de setembro.

O segundo evento - sem dúvida o mais importante para o futuro do sistema - é a realização, nos dias 14, 15 e 16 de outubro, do XIV SINCE (Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia) em Florianópolis (SC).

Além das discussões sobre o exercício profissional, economia brasileira e atividades legais e administrativas dos Conselhos Regionais, estare-

mos discutindo, neste SINCE, um ante-projeto de lei que regule a profissão de economista e uma nova estrutura político-administrativa do Sistema.

A legislação atual, baseada na lei 1411 de 13/08/51, ainda que contenha aspectos positivos no que se refere a questões que envolvem o exercício profissional, apresenta um conjunto de anacronismos que tendem a diminuir a representatividade de dirigentes de entidades. Apenas como exemplo, citamos a eleição indireta para presidente dos conselhos regionais e federal, bem como, no caso deste último, a eleição indireta de seus componentes.

O processo de discussão para a reformulação de nossa legislação já dura algum tempo. Tendo sido iniciado no XII SINCE, em Salvador (BA), muito avançou no XIII SINCE de Goiânia (GO). Agora, tudo

leva a crer que as condições estejam maduras para aprovarmos um ante-projeto que atenda aos interesses dos economistas.

Foi por esta razão que os conselhos regionais da região Sudeste resolveram formular uma proposta para ser discutida em Santa Catarina. Suas linhas gerais são simples e podem ser resumidas da seguinte forma:

- Com relação aos conselhos regionais, as eleições passam a definir o presidente, o vice-presidente e dez diretores com funções executivas por um mandato de dois anos. Todas as atribuições do atual plenário são transferidas para essa diretoria.

- O atual Conselho Federal deverá dar lugar a dois colegiados. Um deles, de caráter político-normativo, será composto pelos presidentes dos conselhos regionais. O outro, com funções executivas, será

composto por presidente, vice-presidente e dez diretores.

As vantagens dessa reestruturação são visíveis à medida em que, tanto para os conselhos regionais como para o colégio dos presidentes, os dirigentes serão eleitos diretamente.

Não devemos, entretanto, nesta comunicação, nos estendermos sobre detalhes da nova estrutura, pois sua construção continua a ser realizada pelos conselhos da região sudeste.

Para finalizar, gostaríamos de registrar que o Rio de Janeiro, conforme convocação publicada em jornal no dia 12 de agosto, realizou uma assembléia geral para discutir nossa posição diante das propostas mencionadas e escolher delegados de base ao XIV SINCE.

Ao longo do mês de setembro, esta delegação se reunirá para aprofundar os debates sobre estas questões.

XIV SINCE - Florianópolis - SC

INFORME
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

